DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 8827/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/17495/2015
PROTOCOLO	: 1641246
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO JURISDICIONADO	: DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
INTERESSADA	: JOANA BARBOSA DE SOUZA

EMENTA: ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PROVENTOS INTEGRAIS. ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS EXIGIDOS. ATOS LEGAIS E REGULARES. PELO REGISTRO.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere à concessão de Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, por parte do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, através da AGREPEV/MS, a servidora Joana Barbosa de Souza, CPF nº 447.301.011-20, matrícula nº 65690021, ocupante do cargo de Professora, conforme o Decreto "P" nº 4.111, publicado no Diário Oficial nº 9.000, de 09/09/2015 (peça 08).

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, através da análise – ANA- ICEAP - 10626/2017 (peça 10) se manifestou pelo Registro da presente Aposentadoria Voluntária, ressalvando a intempestividade da remessa dos documentos obrigatórios a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do parecer PAR – 2ª PRC – 8953/2017 (peça 11), opinou pelo registro do ato de pessoal em apreço, porém, pela comprovação da remessa intempestiva dos documentos, se pronunciou pela imposição de multa ao responsável desidioso.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

Verifico que foram cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

O mérito da questão repousa na análise da Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição concedida a servidora supracitada, com base legal no artigo 72 e Parágrafo único da Lei nº 3.150/2005, c/c o artigo 1º da Lei Federal nº 11.301/2006, conforme Decreto "P" nº 4.111, publicado no Diário nº 9.000, de 09/09/2015.

Conforme se depreende dos autos, a Certidão de Tempo de Contribuição (peça 05) apresenta-se da seguinte forma:

CARGO	Nº DE DIAS	Nº DE ANOS
Professora	9.293 (nove mil e duzentos e noventa e três) dias	25 (vinte e cinco) anos, 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias

Os proventos a perceber na inatividade foram fixados integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo e calculados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais, sendo que as parcelas discriminadas na apostila (peça 07).

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal após percuciente análise dos documentos que instruem o feito concluiu pelo registro do ato ora apreciado, nos seguintes termos:

> *Analisando os autos, constatamos que seus elementos constitutivos estão em consonância com o exigido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, item 1.5, da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14.12.2011, vigente à época, alterada pela Instrução Normativa TC/MS nº 38, de 28.11.12.*
>
> (...)
>
> *O direito que ampara a Aposentadoria está previsto no art. 72 e parágrafo único da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, c/c art. 1º da Lei*

Federal nº 11.301, de 10.05.2006, conforme Decreto "P" nº 4.111, publicado no Diário nº 9.000, de 9.9.2015, fls. 32.

(...)

Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o REGISTRO da presente Aposentadoria Voluntária, ressalvando a intempestividade anotada no item 2.

O douto Ministério Público de contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado com o consequente registro do ato em apreço, nas seguintes palavras, *in verbis*:

Em face do exposto, este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal em apreço. De outro norte, a remessa dos documentos se deu, conforme destacado pelo corpo técnico, de forma intempestiva, circunstância esta que desafia a imposição de multa ao responsável desidioso, não bastando a mera ressalva, sob pena de esvaziamento das disposições constantes na Instrução Normativa nº 35/2011, que fixa o prazo para remessa dos documentos, e na Lei Complementar Estadual nº 160/2012, que impõe sanção para o seu descumprimento.

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, III, e artigo 34, II, da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012, c/c os artigos 9º e 10, I, artigo 70 e artigo 173, I, "b", todos da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho a manifestação do Corpo Técnico e parcialmente o r. Parecer do Ministério Público de Contas, passando a decidir.

II – DECIDO:

1 - Pelo **registro** do ato de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, amparada no artigo 72 e Parágrafo único da Lei nº 3.150/2005, c/c o artigo 1º da Lei Federal nº 11.301/2006, relativamente à servidora abaixo relacionada:

SERVIDOR (A)	CARGO
Joana Barbosa de Souza CPF nº 447.301.011-20 Matrícula nº 65690021 Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul	Professora

2 – Pelo **retorno** à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para a adoção das providências preconizadas, nos termos do artigo 174, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Publique-se nos termos do artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, c/c o artigo 70, § 2º, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande/MS, 10 de agosto de 2017.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator